

RECENSÕES

TOR SELLSTROM

*A SUÉCIA E AS LUTAS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL
EM ANGOLA, MOÇAMBIQUE E GUINÉ-BISSAU*
Nordiska Afrikainstitute, Uppsala, 2008, 290 pp

Maciel Santos

Pág 267 a 271

No Instituto Nórdico de Estudos Africanos em Uppsala, T. Sellestrom coordenou entre 1994 e 2001 uma recolha de documentação sobre a cooperação sueca com os movimentos nacionalistas da África Austral. Com base nessa informação, redigiu entre 1999 e 2002, “A Suécia e a libertação nacional na África Austral”. Depois da publicação original (em inglês) realizou-se esta edição portuguesa dos capítulos que tratam das relações entre a Suécia e os movimentos da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola.

O acesso de Sellstrom à informação governamental e não governamental arquivada na Suécia permitiu-lhe, como já foi salientado por várias resenhas, dar uma contribuição de grande erudição para a história da África Austral durante as décadas de 1960 e 1970. No caso desta edição sobre os movimentos da área colonial portuguesa, pode dizer-se que na sua contribuição para o aumento do conhecimento é tão importante o texto como as suas compactas notas. Para além disso, inclui um anexo com sintéticos quadros estatísticos sobre a política sueca, o comércio externo da Suécia com a África Austral e Portugal entre 1950-1970 e os montantes da ajuda governamental e não governamental sueca aos movimentos. Contem ainda uma listagem de fontes arquivísticas, bibliográficas e orais, que só por si colocam este livro como uma referência obrigatória no estudo da descolonização africana.

O livro está estruturado numa sequência simultaneamente cronológica e geográfica: capítulos sobre o início da guerra nas colónias portuguesa e conseqüente aparecimento dos movimentos de solidariedade na Suécia, seguindo-se depois os que se referem à evolução da política sueca relativamente a Moçambique, Guiné e Angola. Alguma informação aparece repetida, o que pode explicar-se pelo facto de esta edição se fazer a partir de capítulos de uma obra mais vasta.

Em todos os capítulos se procura demonstrar uma tese: a de que, “apesar da pouca alusão ...feita na literatura internacional”, “o governo sueco foi o primeiro do mundo ocidental... a conceder ajuda directa” aos movimentos nacionalistas africanos”. Indubitavelmente, a tese fica demonstrada. O problema deste livro são as explicações, relativamente aos quais a erudição do autor parece não ser suficiente: as escolhas relativamente aos movimentos a que se destinou e, sobretudo, as explicações gerais da política pioneira da Suécia.

Sellstrom distingue com clareza a história dos movimentos suecos de solidariedade das políticas governamentais. As duas evoluções estiveram ligadas mas não automaticamente: por exemplo, a decisão do parlamento sueco de conceder apoio humanitário aos movimentos africanos foi feita em 1969, período de refluxo dos movimentos anti-colonialistas da década de 1960. Uma outra diferença importante consistiu no volume da ajuda: os movimentos sociais foram inicialmente mais determinantes do que os apoios oficiais. Só os alunos do ensino secundário sueco conseguiriam através da sua “Operação um dia de trabalho” angariar mais (2 milhões de coroas) para a FRELIMO do que toda a ajuda oficial dos 4 anos anteriores (p.183-84). No entanto, e uma vez que sua tese se centra na política governamental, é aí que o mal estar das explicações se torna mais evidente.

O quadro IX do anexo é bastante esclarecedor. Através de uma agência governamental, o Estado sueco concedeu apoio apenas a três movimentos africanos da área colonial portuguesa. Em coroas suecas e por ordem de grandeza dos montantes concedidos, foram contemplados o PAIGC (53,5 milhares), a FRELIMO (22,9 milhares) e o MPLA (7,7 milhares). Com excepção do PAIGC, os montantes concedidos foram muito inferiores aos recebidos pelos movimentos do Zimbabwe (91 milhares), da SWAPO (671,4) ou do ANC (895,7). A percentagem correspondente aos movimentos da Africa colonial portuguesa corresponde apenas a 5% do total creditado pelo apoio governamental sueco à Africa Austral, o que se explica - em parte - pela sua menor duração. Para a Guiné, Moçambique e Angola o apoio terminou em 1976/77, tendo durado mais vinte anos para os casos da Namíbia e da Africa do Sul.

No caso do PAIGC e da FRELIMO, a escolha dos movimentos não levanta grandes interrogações. Sendo totalmente diferente a situação em

Angola, com três movimentos a combaterem-se entre si tanto como ao colonialismo português, seria de esperar que Sellstrom apresentasse uma boa explicação para o facto de o governo sueco sempre e apenas ter apoiado um deles, o MPLA. Ei-la: “*A Suécia participou de forma muito próxima no projecto de criação de uma terceira força angolana mas, uma vez esta criada, o país colocou-a depois de lado, por várias razões. Talvez a mais importante... foi que os canais de comunicação da UNITA com o mundo exterior foram cortados. Outra teve a ver com o facto do governo zambiano ter virado as costas á UNITA e de o movimento não ser reconhecido pela OUA. Além disso, o movimento de solidariedade da Suécia mobilizou muito apoio popular, a partir de 1969, em prol do MPLA, o que levantou sérias duvidas quanto á natureza da UNITA como genuíno movimento de libertação.*” (p.55) Sendo o ultimo argumento uma nova descrição da escolha e não a sua explicação, restam os dois primeiros. Ora, nas páginas seguintes, e a propósito da firmeza do governo sueco em manter o apoio ao MPLA, Sellstrom mostra o que estes argumentos valem. Desde 1971 que o MPLA não tinha canais de comunicação com países vizinhos (a hostilidade do Zaire e da Zâmbia obrigavam a que a ajuda sueca fosse enviada via Dar es Salam) e que estava profundamente dividido em facções, sendo a mais isolada (até pelos soviéticos!) precisamente a apoiada pela Suécia: “*Apesar da incerteza da situação, o governo sueco só reconhecia a representação oficial do MPLA, ou seja, as cúpulas á volta de Agostinho Neto.*” (p.227). Note-se ainda que o apoio oficial a este movimento *começou* precisamente em 1971/72, tendo atingido o seu montante máximo *depois da independência - 1975/76*. Atendendo a que uma das explicações globais de Sellstrom para o envolvimento do governo sueco no apoio aos movimentos africanos é a de que este permitiria “*uma importante alavanca no sentido de romper a divisão provocada pela guerra fria entre os blocos das duas potências e alargar o campo dos não-alinhados*”, dá que pensar como foram assim descartados tão facilmente os dois outros movimentos, e porque razão seria precisamente quando todos os movimentos se combatiam numa guerra civil que o governo sueco decidiu investir em força num deles. Note-se igualmente que este apoio do governo sueco ao MPLA se transformou numa politica consensual de todos os governos suecos, social-democratas ou centristas.

Talvez uma outra explicação de Sellstrom sobre a política pioneira da Suécia relativamente à África Austral forneça pistas: “*Sendo uma economia marcadamente dependente do comércio e da internacionalização rápida, a construção de um estado-providência paritário estava, ao mesmo tempo, cada vez mais vulnerável a factores externos. A promoção da liberalização do comércio e a participação em organizações internacionais, como o GATT e a EFTA, tornaram-se, com este pano de fundo muito importantes. Com o apoio dos exportadores suecos, o governo social democrata pôde levar a cabo, de forma activa, uma política comercial de cariz liberal*” (p.272) E se nesta política de prospecção de mercados de exportação começassem a ser consideradas as potencialidades de mercados que até aí nada pesavam para as exportações suecas (1,9% na década de 1950, 1,1 % em 1970)? Aí, um espírito malévolo poderia interpretar um pouco mais prosaicamente a vanguardista política africana da Suécia, tanto antes como depois da alteração de políticas de 1969. Até esse ano, a opinião pública sueca, altamente sensibilizada para o combate às políticas colonialistas, nada tinha conseguido do partido social-democrata no poder. Não havia ajuda oficial aos movimentos, salvo na concessão de bolsas de estudo e, pior do que isso, o governo estava bem longe de querer seguir as críticas da oposição, que exigiam sanções comerciais ao governo português e a expulsão de Portugal da EFTA. Sellstrom cita saborosas declarações do Ministro do Comercio no Parlamento sueco em 1967 a justificar o enriquecimento de Portugal pelo comércio externo (“*Há razões para pensar que o progresso económico poderá estimular um processo de libertação democrática*”, etc. – pg. 119) e parece difícil não associar esta intuição do ministro Lange aos 20% de posse da Lisnave por parte do grupo Kockums e Eriksberg, assim como aos 310 milhões de coroas suecas que em 1970 estavam investidas em Portugal (p. 24). Deve notar-se que o governo social-democrata sueco nunca hesitou quanto à defesa da participação de uma importante multinacional sueca no mega projecto colonial português, a barragem de Cabora Bassa: “*desde meados de 1968 até à conclusão do debate em Setembro de 1969, continuaram estoicamente a defender a ASEA*” (p.125), isto é, contra toda a oposição e os grupos de solidariedade. Seria esse estoicismo na prospecção de mercados que levaria um governo prudente a olhar em várias direcções ao mesmo tempo.

Na situação conturbada de regimes politicamente isolados como eram os do Portugal salazarista e os das minorias brancas da Africa Austral, pareceria lógica uma política ao encontro da próxima conjuntura política. Compreender-se-ia assim melhor, tanto a desproporção dos apoios (ver quadro IX) como a perspicácia na escolha dos parceiros potencialmente vitoriosos. A julgar por uma declaração que Sellstrom cita por diversas vezes, os pareceres suecos teriam sido mesmo decisivos nas decisões soviéticas: “*Lars-Gunnar Erikson falou-me disso e da importância de se apoiar o MPLA. Isso ajudou os nosso funcionários em Moscovo a perceber melhor a situação*” (nota 178, p. 48) Descontada uma certa dose de credulidade, esta declaração de um importante funcionário soviético ajuda a enquadrar melhor os capítulos finais, nos quais Sellstrom descreve as relações bilaterais entre a Suécia e Angola depois de 1976. É interessante verificar que nos finais da década de 1980 o governo de Estocolmo contribuía com mais de 40% do total da ajuda não militar a Luanda (247). Como muito se poderia dizer sobre a “ajuda” ao terceiro mundo e os seus reflexos no comércio externo, talvez estas pistas possam ajudar a colmatar algumas das lacunas explicativas do excelente livro de Sellstrom.

